

MULHERES MIGRANTES, TRABALHO DOMÉSTICO: TRADIÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO FAZER DOMÉSTICO¹

MIGRANT WOMEN, DOMESTIC WORK: TRADITION AND MODERNIZATION OF HOUSEWORK

Tatiana Silva Teixeira²
Amélia Carla Sobrinho Bifano³
Maria de Fátima Lopes⁴

1. RESUMO

Neste artigo objetivamos comparar as percepções das mulheres migrantes sobre o trabalho doméstico enquanto moradoras do campo e enquanto habitadoras da cidade. Para tanto, entendemos que estes dois espaços são construções sociais e que vão além das suas demarcações físicas. Campo e cidade como materializações abrigam o rural e o urbano, ao passo que estes se assumem como os modos de vida. Para a sua realização recorreremos à abordagem qualitativa, priorizando técnicas como: entrevista aberta, história de vida e observação do cotidiano. Evidenciamos que as percepções das mulheres sobre o trabalho doméstico estão relacionadas aos tempos e aos espaços vividos. E, também, que a mudança socioespacial transforma o saber-fazer do trabalho doméstico e as representações dessas mulheres sobre esses dois espaços. Todavia, não constatamos mudanças em suas percepções sobre esse trabalho enquanto uma obrigação feminina, diretamente relacionado às hierarquias de gênero.

¹ Esse artigo faz parte da dissertação intitulada: “Identidades Femininas e trabalho doméstico: um estudo de caso de mulheres migrantes do Bairro Santo Antônio, Viçosa-MG” defendida em março de 2015 no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, Brasil.

² Mestra em Economia Doméstica (2015) e Graduada em Economia Doméstica (2012) pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: tatiana.teixeira@ufv.br

³ Possui graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (1986), mestrado em Engenharia de Produção pela Escola de Engenharia da UFMG (1999); área de concentração: Engenharia do trabalho e desenvolvimento de produto. Doutorado em Engenharia - Engenharia de Produção, grupo de pesquisa: TTO - Trabalho, Tecnologia e Organização, pela Escola Politécnica - USP (2007). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: abifano@ufv.br

⁴ Possui graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (1976), mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (1983) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: mflopes@ufv.br

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Gênero. Representações. Mudança socioespacial.

2. ABSTRACT

In this article, we aim to compare the perceptions of migrant women about the housework while residentes of the field and while living in the city. Therefore, we understand that these two spaces are social constructions and go beyond their physical boundaries. Accordingly, countryside and city as materializations shelters the rural and the urban, while identify admit themselves as the lifestyles. For its accomplishment we resort to the qualitative approach, prioritizing techniques such as: open interview, the histories the life and observation of the family's daily life as technicals. We show that women's perceptions about housework are related to the times and the lived spaces. And, also, that socio-spatial changed how to do the housework and women's representation on these two areas. However, we didn't change their perceptions about this job as a female obligation and related to gender hierarchies.

Keywords: Domestic work. Gender. Representations. Socio-spatial change.

3. INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico está socialmente relacionado à afetividade, notadamente, ao afeto da mulher para com os membros da família, invisibilizado pela áurea do cuidado e do carinho. No centro desse trabalho e das relações familiares está a dona de casa, representada como a principal responsável pelo conforto, saúde e bem-estar da família (SILVA, 1998a). Contudo, o papel da mulher como dona de casa encontra-se ocultado social e economicamente, uma vez que tal responsabilidade é contabilizada pelas estatísticas oficiais como inatividade econômica, dado a sua aceitação como função feminina (BRUSCHINI, 1994).

Esse lugar social ocupado pelas mulheres tem sido amplamente questionado, ao longo da história, por movimentos sociais predominantemente articulados pelas mulheres de classe média/alta, instruídas e brancas que estavam insatisfeitas com as suas condições sociais de exclusão. Cabe ressaltar a participação das mulheres pobres e

operárias nesses movimentos; na luta por reverter a condição de inferioridade, os salários baixos e as excessivas e insalubres jornadas de trabalho, deram forma ao movimento feminista em fins do século XVIII, que tomou corpo no decorrer do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos (SARDERBERNG; COSTA (1994).

Esses movimentos ganharam força na luta pelos direitos das mulheres e na sua efetiva participação no trabalho fora de casa (CAIXETA; BARBATO, 2004). Mas, as mulheres pobres há muito tempo ocupam o espaço público do trabalho, embora majoritariamente em posições subalternas e socialmente desvalorizadas, como lavadeiras, empregadas domésticas, ambulantes, faxineiras, ou ainda como trabalhadoras rurais.

No caso do Brasil - a partir da década de 70, com a urbanização acelerada, com a industrialização e com os impactos dos movimentos feministas ocorridos nos anos de 60 - houve a incorporação efetiva das mulheres no mercado de trabalho, tanto as de classe baixa quanto as de classe média/alta e instruídas. Na referida década, o país passou por transformações de ordem econômica, social e demográfica que repercutiram na composição interna da força de trabalho e na vida das famílias (BRUSCHINI, 1994).

Em decorrência dessas mudanças econômicas e sociais, o território brasileiro sofreu modificações demográficas uma vez que houve um intenso esvaziamento do campo. Do período de 1960 a 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Apenas no começo da década de 70, aproximadamente 40% da população rural migrou do campo para a cidade. Esse contexto impulsionou os movimentos migratórios de mulheres, majoritariamente pobres, que viviam no campo e que vislumbraram na mudança campo/cidade a oportunidade de emprego, de sobrevivência e de emancipação social. Entretanto, ao chegarem à cidade acabaram se empregando em postos de trabalho precarizados, além de permanecerem responsáveis pelo trabalho doméstico não-remunerado (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Diante desse cenário, objetivamos neste artigo comparar as representações das mulheres migrantes, enquanto moradoras do campo e enquanto moradoras da cidade, sobre o trabalho doméstico.

Nos termos dessa pesquisa compreendemos campo e cidade como formas no espaço e o rural e o urbano como representações do conteúdo dessas formas, ou seja, os modos de vida e as visões de mundo associadas a esses espaços.

Participaram do estudo três mulheres migrantes residentes no bairro Santo Antônio na cidade de Viçosa, MG. A abordagem de pesquisa escolhida foi a qualitativa por meio da qual realizamos entrevistas de história de vida, entrevistas abertas e a observação direta como técnicas de construção de dados. Para a análise dos mesmos, realizamos a leitura e releitura do material empírico que, posteriormente, foi sistematizado, organizado cronologicamente e analisado em razão dos conteúdos das falas das mulheres em relação à mudança socioespacial.

Por meio dos resultados, constatamos que a mudança campo/cidade alterou o modo de fazer o trabalho doméstico por meio da inserção das novas tecnologias nos lares. Contudo, as mulheres ainda preservam os saberes e os modos de fazê-lo adquiridos no campo, havendo, assim, a coexistência entre o “moderno e o tradicional” no cotidiano dessas mulheres.

Verificamos que a mudança social e espacial não foi capaz de romper a relação que elas construíram ao longo das suas vidas com o trabalho doméstico e com os papéis sociais “tradicionais”. Para elas “ser mulher”, ainda hoje, representa ser “boa esposa”, “mãe cuidadosa”, “cuidadora” e “dona de casa dedicada”.

Compreendemos que os espaços estão além das suas demarcações físicas, eles são vividos, sentidos, simbolizados pelos sujeitos e compostos pelos papéis e pelas práticas sociais. A seguir, apresentamos o referencial teórico e contextualizamos o campo empírico que permitiu a realização dessa pesquisa. Enfim, abordaremos o espaço/lugar como sendo uma construção social; o campo e a cidade como demarcações físicas; e o rural e o urbano como modos de vidas e de práticas sociais.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 A construção social dos espaços

O espaço é algo que se constrói “enquanto produto social e condição de produção e reprodução da existência humana” (LUDWIG, 2006, p. 253). Ele deixa de ser entendido apenas como uma localização geográfica para se tornar uma construção social, pois o homem como um ser histórico e social, parte integrante da natureza, possui a capacidade de transformar o meio onde vive. O espaço torna visível a história

de como os homens, ao buscarem a manutenção da existência, “fazem-no como espaço de produção, de circulação, de troca, de consumo, enfim, de vida” (LUDWIG, 2006, p.253).

O espaço adquire sua concretude pela noção de lugar. Assim, o espaço localizado, nomeado, identificado também é vivido, restrito, delimitado e possuidor de identidade (LUDWIG, 2006). Entendemos, portanto, “os lugares como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente” (LEITE 2001 *apud* LUDWIG, 2006, p. 253). De forma complementar, Leite (1998) afirma que os lugares tratam-se de referenciais afetivos os quais são desenvolvidos ao longo da vida a partir da convivência com o lugar e com o outro. Eles são carregados de sensações emotivas de segurança e de proteção.

Para Pais (2003), o espaço também aparece como um suporte mediador entre as atividades cotidianas e as diferentes estruturas sociais e culturais; essa mediação se exerce por meio da sua *significação simbólica*.

A dinamicidade da vida cotidiana dada pelas “espacialidades” e “temporalidades” confere historicidade ao cotidiano e ao contexto social. Assim, a importância social não é o espaço físico e o tempo cronológico, mas as “vivências sociais que nele decorrem e que o convertem de um vazio em algo com significado sociológico” (PAIS, 2003, p. 87).

Nesse sentido, os espaços/lugares são socialmente construídos, que têm particularidades históricas e são constituídos pelos modos de vida, pelas maneiras de ser, de estar e de fazer e pelas representações dos sujeitos, no caso específico desse artigo, sobre as representações das mulheres migrantes sobre o trabalho doméstico enquanto moradoras do campo e enquanto moradoras da cidade.

4.2 O campo e a cidade como fronteiras físicas e o rural e o urbano como modos de vidas inseridos nesses espaços

De acordo com Barleto (2006), é comum se pensar os espaços campo/cidade a partir da ideia de oposição, de dualidade do tipo “tradicional-moderno, incivilizado-

civilizado, não-tecnificado-tecnificado. Diferenciação que possui uma base histórica, econômica e política dentro sociedade brasileira.

Esse princípio de oposição produz diferenças que sustentam duas identidades hierarquizadas, imagens e visões culturais baseadas na dicotomia campo-cidade, ou ainda rural-urbano, que inclusive são, às vezes, transfiguradas de um valor negativo para um positivo, e vice-versa, dependendo da função reguladora que o discurso estiver cumprindo. Não se trata, portanto de paisagem rural e paisagem urbana, mas de espaços (BARLETTO, 2006, p. 19).

A classificação e hierarquização dos espaços podem ser explicadas por meio de recortes históricos. Segundo Faoro (1995), o período da Primeira República no Brasil foi marcado pela oligarquia liderada pelos coronéis regionais. Havia uma imunidade do núcleo agrícola em que a soberania popular era reduzida aos proprietários de grandes extensões de terra e estes falavam em nome do resto da população. O poder era concentrado nas mãos da oligarquia agrária. Essa prática política (coronelismo) marcou o interior do Brasil até a metade do século XX (FAORO, 1985).

Nesse período, a cidade representava o espaço onde se encontrava os comerciantes, comissários, exportadores, onde se localizavam as redes de crédito e grande parte da estrutura burocrática do governo. Constituíam-se em um espaço “desenvolvido” onde se instalavam as indústrias e onde o comércio modernizava a vida social (FAORO, 1985; BARLETTO, 2006). A cidade também era um lugar de interesse político, essencialmente eleitoral, e por meio dos 'coronéis' ela promovia “a articulação dos poderes estaduais no nível local através de suas lideranças econômicas e políticas” (BARLETTO, 2006, p.20).

Em 1929, com a crise econômica do café em âmbito mundial e nacional, as oligarquias agrárias começaram a perder o poder diante de uma crescente burguesia industrial-urbana que, por sua vez, se contrapôs ao modelo agrícola-exportador e ao poder a ele delegado.

Assim, havia grandes tensões políticas entre o modelo agrícola exportador e o urbano-industrial que se encontrava em expansão. Nesse contexto, as oposições entre os dois espaços (campo/cidade) foram amplamente exploradas com o intuito de favorecer o liberalismo econômico e de contrariar a hegemonia das oligarquias agrárias na condução do Estado. Essas oposições foram historicamente fundamentadas em fatores econômicos e políticos específicos (BARLETO, 2006).

Essa dicotomia campo/cidade começou ser minimizada a partir da década de 60, quando o processo de modernização chega ao campo por meio do que Santos (1996) denominou de objetos científicos, técnicos e informacionais, ou seja, de tecnologias de produção como máquinas agrícolas e de insumos que tinham por objetivo remodelar o território, tornando as áreas rurais altamente produtivas e, muitas vezes, a serviço das cidades. Para o autor, o processo de modernização faz com que o espaço “torna-se mais fluido, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital, passem a ter uma grande mobilidade” (SANTOS, 1996, p. 39).

Desse modo, os espaços campo/cidade que antes eram dicotomizado, após o processo de modernização e industrialização, tornaram-se complementares e um contínuo, onde as diferenças se assentavam nas relações sociais e no modo de vida, e não mais nas tradicionais oposições. Assim, Santos (1996) *apud* Biazzo (2008) deixa evidente a sua clara opção por considerar cidade e campo como formas no espaço, ao passo que, rural e urbano especificam o conteúdo social dessas formas.

Lefebvre (1991) também aborda o campo e a cidade enquanto formas, materializações, que apesar de no passado se diferenciarem entre si, nas últimas décadas se aproximam e as suas oposições tendem a atenuar-se. Contudo, o rural e o urbano como sendo conteúdos sociais tendem a permanecer diferenciados, pois constituem modos de vida que contemplam a cultura, os costumes, os hábitos, os conteúdos das práticas dos sujeitos, as relações sociais e o pertencimento ao local; estes encontram-se presentes nos espaços, se expressam de formas distintas e vão além de uma materialidade.

De acordo com a literatura de referência, os espaços representam construções sociais, cuja apropriação ocorre por meio das práticas sociais, das vivências e dos sentimentos de pertencimento. Assim, o rural e o urbano constituem os modos de vida e os costumes, ao passo que campo e cidade exprimem limitações geográficas. Portanto, encontramos costumes “tradicionais” rurais na cidade, bem como nos deparamos com a “modernidade” no campo. A partir dessa categorização, apresentaremos o processo de migração e de ocupação do nosso local de estudo.

4.3 O processo de migração e de ocupação da cidade de Viçosa, MG

Apesar de o Brasil ter vivenciado, entre as décadas de 50 e 60, uma revolução tecnológica no campo com a inserção de equipamentos motorizados, eletricidade e insumos agrícolas, essa modernização ocorreu de forma excludente e tardia em áreas interioranas, o que refletiu tanto em diferenças regionais quanto na própria vida dos moradores, visto que expropriou os pequenos produtores e acentuou a sua migração para a cidade.

Em particular, esta realidade foi vivenciada pela Zona da Mata Mineira na década de 60, o que contribuiu para o seu gradativo quadro de empobrecimento. O processo histórico de ocupação e de povoamento dessa região está diretamente relacionado ao declínio da exploração mineradora nas cidades de Mariana, Ouro Preto e Piranga, bem como das concessões das primeiras sesmarias na região que deu origem às primeiras propriedades rurais e à formação dos pequenos núcleos populacionais no século XVIII (LELIS, 2010).

Já no século seguinte, após a ocupação, a construção da estrada de ferro impulsionou o desenvolvimento das lavouras de café. A economia cafeeira atingiu o seu auge devido à presença de uma infraestrutura básica que beneficiava as atividades de produção, comercialização e fatores que favoreciam o mercado internacional. Contudo, nos anos de 1930, houve a decadência econômica da região devido aos baixos rendimentos dos cafezais (BIFANO *et al.*, 2010).

Nas décadas seguintes, entre os anos de 50 e 60, quando a modernização agrícola se intensificou no país, a Zona da Mata mineira como um todo, com exceção da microrregião de Juiz de Fora, já se encontrava estagnada e pauperizada em decorrência da cafeicultura (LUDWIG, 2006). Descapitalizados, é explicável que os seus produtores rurais não viessem a ser contemplados pela modernização agrícola.

Diante desse quadro, a reação dos produtores locais foi substituir os cafezais por pastagens e intensificar a pecuária leiteira e as demais culturas tradicionais de forma extensiva (BIFANO *et al.*, 2010). Com o empobrecimento e sem perspectivas de modernização da produção agrícola, os pequenos produtores migraram para a cidade.

Nesse contexto, a cidade de Viçosa-MG na década de 60 tornou-se atrativa e sofreu uma rápida e intensa ocupação por parte dos migrantes rurais da microrregião

que buscavam empregos na Universidade Federal de Viçosa. Neste período, a instituição passava por expansão tanto da planta física quanto dos cursos, o que demandava um grande número de mão de obra. Ao chegarem, os migrantes ocupavam os bairros periféricos da cidade.

Apesar dos autores Lefebvre (1991) e Santos (1996) afirmarem que as diferenças entre campo e cidade foram atenuadas pela introdução de tecnologias agrícolas e pelo processo de modernização/industrialização/urbanização, isso de fato não ocorreu de forma imediata na zona rural da microrregião de Viçosa. Assim, as diferenças entre campo/cidade baseada na tradicional dicotomia ainda se encontrava presente no imaginário e no modo de vida da população local. Além disso, nesse período, a cidade de Viçosa ainda se caracterizava como rural, diante de elevado número de pessoas que residiam no campo e da infraestrutura urbana que ainda se encontrava em construção.

Especificamente, a ocupação da área do bairro Santo Antônio em Viçosa, onde realizamos a pesquisa empírica, também remonta aos anos 60, quando as fazendas locais foram loteadas. As famílias migrantes foram atraídas para o local devido aos baixos preços dos lotes e pela proximidade com uma das entradas da universidade. A migração acentuada ocasionou um crescimento rápido e sem planejamento.

Assim, as famílias passaram a habitar um bairro sem infraestrutura urbana, com a falta de saneamento básico como água encanada, rede de esgoto, luz elétrica e calçamento das ruas. Atualmente, o bairro Santo Antônio é o terceiro bairro mais populoso da cidade, se caracteriza pelo seu crescimento desordenado e pela rede de comércio nele instalada.

Diante dessa realidade local, percebemos como os espaços campo/cidade foram gradativamente sendo construídos, pois, embora apresentem particularidades, eles não se reproduziram de forma autônoma e independente, uma vez que eles fazem parte de uma totalidade contextual.

A plantação do café e a sua decadência na região; a exclusão da modernização agrícola; a migração campo/cidade dos pequenos produtores e a ocupação desordenada da cidade são exemplos de como o lugar não se pode ser explicado por ele mesmo, mas pelo momento e pelo contexto mais amplo no qual se situa.

Enfim, os acontecimentos econômicos e sociais do país e da região contribuíram para o processo de migração e de ocupação da cidade de Viçosa e do bairro Santo

Antônio. Esta contextualização local permitiu compreendermos a dinâmica do processo migratório e o cotidiano das mulheres pesquisadas.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atendermos o objetivo proposto, três mulheres migrantes residentes no bairro Santo Antônio participaram da pesquisa, sendo elas Dona Maria, Dona Carmem e Dona Inês. A escolha destas ocorreu de forma intencional devido à inserção anterior da pesquisadora em um projeto do qual elas participam há três anos.

O estudo foi orientado pela perspectiva da metodologia qualitativa, por meio da qual utilizamos as técnicas da história de vida, da entrevista aberta e da observação do cotidiano familiar para a construção dos dados.

Por meio da história de vida, complementadas pelas observações e pelas entrevistas abertas, objetivamos comparar as representações das mulheres acerca do trabalho doméstico, tendo como marco a mudança socioespacial campo/cidade. Cabe destacar, que tanto a história de vida quanto as entrevistas ocorreram em formas de conversas informais. Estas conversas ocorreram simultaneamente com as observações, que por sua vez, ocorrem em formas de visitas aleatórias com o intuito de captar o real cotidiano familiar.

As conversas foram gravadas em áudio, com a devida autorização. Em seguida foram transcritas e os dados das visitas também foram registrados em diários de campo. Os conteúdos das conversas e dos diários passaram, posteriormente, por leitura e releitura a fim de serem sistematizados, tematizados e organizados em ordem cronológica.

A metodologia e as técnicas de construção de dados empregadas se mostraram efetivas para reconstruirmos as histórias das mulheres participantes. A realização dessa pesquisa respeitou os princípios éticos que regem os estudos que envolvem seres humanos, sendo submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Viçosa de acordo com a Resolução CNS 466/2012.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Perfil socioeconômico das mulheres participantes

As mulheres migrantes entrevistadas são de origem rural da microrregião de Viçosa: Dona Maria e Dona Carmem são da zona rural do município de São Miguel do Anta e Dona Inês da zona rural da própria cidade de Viçosa. O perfil social e econômico dessas mulheres pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 1: As características sociais dessas mulheres.

Nome	Origem	Local de origem dos pais	Idade	Cor	Estado Civil	Nº de Filhos	Profissão	Escolaridade de	Tempo de moradia no bairro
Maria	Zona rural de São Miguel do Anta	Zona rural de São Miguel do Anta	63	Negra	Casada há 40 anos	3	Dona de casa	2ª série do ensino fundamental	42 anos
Carmem	Zona rural de São Miguel do Anta	Zona rural de São Miguel do Anta	60	Negra	Casada há 40 anos	4	Funcionária pública	4ª série do ensino fundamental Está concluindo o ensino fundamental	42 anos
Inês	Zona rural de Viçosa	Mãe: zona rural de Viçosa Pai: zona rural de Teixeiras	60	Negra	Casada há 43 anos	6	Dona de casa	4ª série do ensino fundamental	38 anos

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2014.

As três participantes são migrantes da zona rural e nasceram na mesma região em que os seus pais foram criados. Essas mulheres são negras, possuem baixa escolaridade, são casadas há mais de 40 anos, são mães e também avós. Atualmente, Dona Maria tem 63 anos e se ocupa das atividades domésticas da sua casa. Dona Carmem tem 60 anos e trabalha como servidora pública no cargo de serviços gerais no abatedouro da UFV. Dona Inês, por sua vez, tem 60 anos e também se dedica ao trabalho doméstico e ao cuidado dos membros da família. Todas elas se mudaram para o bairro Santo Antônio na década de 70 e vivenciaram o processo de ocupação e de urbanização da área: Dona Maria e Dona Carmem vivem no bairro desde 1972 e Dona Inês desde 1976.

Elas se caracterizam economicamente como de classe média baixa, mas dispõem de condições sociais consideradas satisfatórias, pois elas possuem estabilidade econômica, casa própria confortável, eletrodomésticos, automóvel, além de acesso aos serviços de saúde, educação e transporte público oferecidos no bairro. A renda familiar é constituída em média por três salários mínimos.

Suas residências estão localizadas em diferentes regiões do bairro. Dona Maria mora próximo a uma das avenidas principais que corta o bairro, a Marechal Castelo Branco e a Entrada Alternativa da Universidade Federal de Viçosa (UFV), um local muito valorizado economicamente. Dona Carmem reside na parte baixa do bairro também próximo à segunda avenida principal, a Joaquim Lopes de Farias e Dona Inês reside na parte alta do bairro, conhecido como “Morro da Coruja”, área estigmatizada como um lugar violento.

Apesar de residirem em diferentes locais do bairro, todas compartilham os mesmos problemas que assolam o bairro e a cidade como violência, risco social, péssimas condições de acessibilidade nas calçadas, ruas esburacadas, lixo, etc.

6.2 O processo de migração e de ocupação das mulheres pesquisadas

As participantes Dona Maria, Dona Carmem e Dona Inês nasceram e viveram por determinado tempo na “roça” e, para elas, esse espaço vai além do local onde era plantado o milho, o feijão e o arroz, era composta pela casa da família e pela vizinhança, sendo esta formada principalmente por amigos e parentes próximos. As falas abaixo contam um pouco sobre as origens dessas mulheres:

Minha origem, minha terra natal é São Miguel, eu morava na Guaiana, depois nós mudamos pra região chamada Muqueca. Porque era terreno de fazendeiro né, se não tivesse alguém na casa que trabalhasse pra eles, eles não deixava a gente ficar no terreno, meu pai era muito doente também né, e nós éramos muito pequenos, era só eu dentro de casa, porque meu irmão já trabalhava pra fora, ele era mais novo, mas já trabalhava fora, era só eu dentro de casa, aí eu não tava podendo trabalhar com ele (fazendeiro), disse que eu era muito pequena e o serviço era muito pesado, aí eles pediam a casa, aí a gente tinha que mudar (Dona Maria, 63 anos, dona de casa, ensino fundamental incompleto).

Ah eu morei na roça, aí quando eu saí da roça eu tinha uns 14 anos, nós viemos cá pra São Miguel, nós moramos lá na Fatura sabe, no terreno dos outros também, depois nós moramos pra lá do Sem Peixe (Dona Carmem, 60 anos, servidora pública, cursando os anos finais do ensino fundamental).

Eu nasci na fazenda Boa União, que fica depois do Acamari (Bairro de Viçosa) (...) dentro do Acamari era roça plantava um monte de coisa, plantava milho e hoje virou condomínio né?! (Dona Inês, 60 anos dona de casa, ensino fundamental incompleto).

Os pais das participantes trabalhavam no campo como meeiros para os fazendeiros e moravam com a família nos terrenos dos patrões, pois não detinham a propriedade da terra. Na condição de meeiros, todos os membros da família trabalhavam desde as mulheres até as crianças menores e, em determinados casos, os “filhos-homens” ainda pequenos, também trabalhavam para outros fazendeiros e sitiantes da região para poderem receber algum dinheiro. É preciso destacar que esse sistema de parceria não consistia apenas na divisão da produção agrícola, era também uma forma de estar no mundo, era uma condição social na qual estas famílias pobres, negras e sem estudo se encontravam.

Por serem meeiras, suas famílias se mudavam de tempos em tempos de uma região rural para outra, geralmente, para regiões próximas. Isso ocorria quando o trabalho dos meeiros não era mais vantajoso para os proprietários ou quando, diante das imposições do patrão, o trabalhador e sua família decidiam deixar as terras ou ainda quando, em situações de doença ou incapacidade do “chefe”, a família não mais produzia como foi o caso de Dona Maria. Com exceção dos pais de Dona Inês que moraram por mais de 40 anos na mesma fazenda.

Essas mulheres são de origem de famílias meeiras, pobres, numerosas e negras. Assim, elas constituem um grupo específico que, historicamente, faz parte de um grupo maior de pessoas que tiveram e ainda têm menor acesso às oportunidades. Dessa forma, a migração campo/cidade para elas ocorreu devido a uma condição de exclusão social e de dificuldades financeiras nas quais se encontravam. Todas buscaram na cidade a oportunidade de se empregarem de forma remunerada e de terem melhores condições de vida, o que aponta para a desistência delas em continuarem na condição social de moradoras e de trabalhadoras da “roça” para se tornarem moradoras e trabalhadoras da cidade.

Apesar de compartilharem condições semelhantes, as histórias de vida dessas mulheres são individuais e sentidas de forma desiguais devido às próprias diferenças pessoais.

O período de migração dessas mulheres ocorreu entre as décadas de 50 e 60, marcadas pela não modernização agrária, pois a população da microrregião de Viçosa se encontrava pauperizada e sem perspectivas de melhores condições de vida. Diante da realidade de não mais conseguirem se manterem por meio do trabalho na terra, os membros das famílias dos pequenos produtores rurais buscaram na mudança para a cidade uma estratégia de sobrevivência e de melhoria de vida.

Em termos de trajetória dessas mulheres, Dona Maria migrou por questão de sobrevivência, uma vez que ela e sua família foram expulsas da terra, ela mudou sozinha para a cidade aos oito anos de idade para trabalhar como empregada doméstica e babá na cidade de Juiz de Fora. Ao contrário, Dona Carmem buscou na mudança campo/cidade, aos 16 anos, não a sobrevivência em si, mas a possibilidade de mobilidade social e de novas oportunidades de trabalho, ao se mudar se ocupou como babá e empregada doméstica na cidade de Viçosa. Por sua vez, Dona Inês migrou, aos 22 anos, para acompanhar o marido que tinha se empregado na Universidade, sua mudança e de sua família foi impulsionada pela perspectiva de melhores condições de vida e, ao se estabelecer em Viçosa, ela logo se ocupou como faxineira e lavadeira.

Dessa forma, as diversas e complexas motivações para a migração estiveram relacionadas a um contexto mais amplo como o desemprego rural, as transformações do trabalho no campo e o empobrecimento dos pequenos produtores.

6.3 A Modernização e a tradição do fazer doméstico

As diferenças entre campo/cidade baseada na dicotomia “tradicional-moderno, incivilizado-civilizado, não-tecnificado-tecnificado”⁵, de acordo com os relatos ainda se encontram presente no imaginário das mulheres; isso se deve pelo fato de terem vivenciado um campo desprovido de tecnologias de infraestrutura como a falta de energia elétrica, rede de esgoto, água encanada e de equipamentos elétricos como lavadoras de roupa, ferros de passar, geladeira, televisão, etc. Essa falta de infraestrutura doméstica refletia no modo de vida, no modo de fazer o trabalho da casa e também na imagem das mulheres sobre este trabalho e sobre estes lugares.

Os extratos das falas abaixo são representativos de tal imaginário.

⁵ Barletto (2006, p. 19).

(...) Fazia também, limpava horta, o quintal, cozinhando, lavando, passando também, com aqueles ferros de brasa, tinha que queimar a lenha pra tirar aquela brasa, pra colocar dentro daquele ferro pra passar roupa, era muito *sacrificoso*, **ficava sofrendo**. Mas eu não tinha mãe, minha mãe morreu eu tinha três anos de idade (...). (Dona Maria, 63 anos, dona de casa, ensino fundamental incompleto).

Quando eu era criança (...) na roça não existia esse negócio de luz nas casas não, nós *clariava* com lamparina, lampião, sabe?! Então tinha que colocar o lampião no meio da casa (...) Aqui **nós sofremos demais**, Nosso Deus! Quer dizer os pais da gente sofreram muito mais ainda né! (Dona Carmem, 60 anos, servidora pública, cursando os anos finais do ensino fundamental).

Eu e mãe que eram as responsáveis pelas roupas, eu tinha de 10 a 14 anos, primeiro tinha que tirar o sujo, a água era **difícil demais!** Então mãe falava assim “eu vou esfregar as roupas e você leva elas pra torcer”. Ah chegava lá passava 10 água, passava 20 água, e aquilo a roupa não limpava de jeito nenhum, meu Deus do Céu! (...) punha água quente também, punha no fogão de lenha, passava água quente naquelas roupas pra limpar. Nós pra lavar roupa andava uma distância daqui lá na CEMIG (aproximadamente dois quilômetros), pra lá. Para lavar roupa juntava aquele *troxão* de roupa, ia, pra lavar a roupa na mina. (...) sabe como que a gente esfregava a roupa? Com sabuco de milho, debulhava o milho e passava o sabuco naquela roupa, limpava ficava clarinha a roupa (...) (Dona Carmem, 60 anos, servidora pública, cursando os anos finais do ensino fundamental).

O trabalho da casa era tudo corrido né. Era mais no final de semana que dava uma geral, deixava o serviço da casa pra lá e ia pra roça. (...) A vida **na roça é bem difícil**, porque se quiser ter as coisas tem que trabalhar, porque se não trabalhar não tem né. Eu trabalhava mais na roça (...) Nas horas vagas cuidava da casa, fazia almoço era cedo, o almoço já ficava pronto, na hora do almoço era só esquentar. Chegava em casa não tinha água, água nossa era uma mina que descia encanada, bomba não tinha nada não, caía lá no terreiro, aí já enchia as vazias pra pôr dentro de casa. (Dona Inês, 60 anos, dona de casa, ensino fundamental incompleto).

O dia dessas mulheres no campo começava ainda de madrugada, elas colocavam fogo no fogão à lenha, faziam o café, tratavam das criações de galinhas e de porcos, preparavam o almoço a tempo de ser levado para o trabalho na roça, trabalhavam nas plantações de milho e feijão com os pais; e no caminho de volta para a casa retiravam a lenha, buscavam água nas minas antes do entardecer, preparavam o jantar e realizavam as demais atividades domésticas antes da noite chegar, sendo elas as últimas a dormir.

As mulheres ainda crianças tinham a “obrigação” de realizar o trabalho da casa e também de trabalhar junto com os pais nas lavouras e plantações. Os relatos evidenciaram a sobrecarga de trabalho das meninas, estas desde muito pequenas foram socializadas para realizarem as tarefas inerentes ao trabalho doméstico, sendo repreendidas caso não atendessem a essa demanda, bem como constatou Heilborn (1997) *apud* Hillesheim (2004).

Apesar do ambiente da casa e do terreiro se confundirem, e também as atividades de “produção” e de “reprodução” uma vez que se complementavam e ocorriam simultaneamente na “roça”, percebemos a existência de uma divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais entre o homem e a mulher no cotidiano rural. Divisão esta que se mostrava injusta para com a mulher, pois o homem se ocupava exclusivamente das atividades que envolviam o “trabalho da roça”, cabendo a ele a figura de pai e provedor da família. Por outro lado, além de ser a única responsável pelo trabalho doméstico a mulher desde pequena também tinha a “obrigação” de “ajudar” os homens no “trabalho da roça”, cumprindo uma dupla jornada trabalho, bem como os papéis associados de “cuidadora”, e de “dona de casa dedicada”.

Era por meio da realização das atividades domésticas que as meninas e as mulheres demonstravam suas competências “de mulher”. Isso se deve, porque segundo Kominsky e Santana (2006), esse trabalho enquanto “obrigação feminina”, ao ser realizado pelas meninas está associado à imagem de “boa filha” e aos futuros papéis sociais de “boa esposa” e de “dona de casa”.

Ao se remeterem à época que viveram no campo, essas mulheres sempre se referiram a vida difícil e ao sofrimento diante de suas condições sociais e das dificuldades vivenciadas cotidianamente devido a falta de tecnologias domésticas e de infraestrutura. Sendo a atividade de trabalho tanto da “roça” quanto da casa associado a esse sentimento.

Nas condições em que eram realizadas as atividades domésticas, esse trabalho se constituía em uma tarefa “sacrificante” e de “difícil realização” para as mulheres. A falta de água encanada e de energia elétrica constituía o principal “dificultador” para realização das atividades, cabendo às mulheres e às meninas a responsabilidade de buscar nas fontes a água utilizada tanto para o trabalho da casa quanto para o consumo dos membros da família, antes do anoitecer.

Percebemos que para a realização das atividades domésticas, diante da ausência de tecnologias, essas mulheres, ainda meninas, desenvolviam seus “modos de fazer” próprios, de forma que adaptavam a tarefa à realidade de maneira mais eficiente possível. Por exemplo, elas colocavam a roupa em água fervente para remover a sujidade ou as esfregavam utilizando o “sabuco” do milho no lugar de escova, pois esta não existia.

A falta de tecnologias também organizava a realização do trabalho doméstico e as práticas sociais relacionadas a esse trabalho. O exemplo disso era que as atividades domésticas eram divididas entre as mulheres da família para que fossem realizadas rapidamente e ainda sob a luz do dia. Com a ausência da água encanada, era comum as mulheres e as meninas de outras famílias se reunirem para buscar baldes de água na mina ou no ribeirão mais próximo ou ainda para lavarem as roupas da família, atividades estas que eram realizadas em grupo e constituía em momentos de socialização. Assim, o trabalho doméstico na “roça” assumia o caráter de um trabalho coletivo feminino que ultrapassava os limites da casa, sendo por vezes, realizado no seu exterior.

Envolvia ainda um grande número de atividades que iam além do limpar a casa, lavar e passar as roupas e cozinhar. Era preciso também fazer o sabão que era utilizado na lavagem das roupas e dos utensílios, confeccionar o vestuário da casa e dos membros da família, bem como preparar todos os alimentos que seriam consumidos.

Nossa, na roça o trabalho é demais, tem um café pra torrar, socar o café no pilão, até o arroz, lá em casa não levava arroz pra limpar não, **socava, socava** no pilão um tanto que dava pra semana, no pilão e soprando, catando feijão pra semana, Nossa Senhora! Era serviço demais! (Dona Inês, 60 anos dona de casa, ensino fundamental incompleto).

Esse relato evidencia a sobrecarga do trabalho doméstico, mas também o saber prático desenvolvido pelas mulheres na sua realização. Elas detinham todo o saber necessário para o processo de preparação dos alimentos desde a sua “saída da roça” até o seu preparo realizado no fogão a lenha.

A limpeza da casa também envolvia determinadas técnicas como, por exemplo, passar barro branco nas paredes e no chão da casa, ou ainda, o estrume de boi; sendo esta atividade considerada por elas a mais gratificante devido a beleza do ambiente como resultado final.

Antigamente não tinha negócio de piso passava no chão era barro, ou *bosta* de boi, passava no chão, passava aquilo ali, não fedia. Trazia ela crua do curral, trazia punha numa vazia com água e misturava com um pau, misturava lá com a água e vinha com a vassoura, a vassoura era feita com alecrim (...) mas aquilo ficava bonito uma quantidade, ficava bonito demais!(Dona Carmem, 60 anos, servidora pública, cursando os anos finais do ensino fundamental).

Na casa tinha que passar, lá era barro, não tinha piso não, passava barro assim. (...) minha casa lá na roça, fazia até dó de pisar, do jeito que eu passava barro no fogão eu já passava na casa toda assim, o barro era branco, as pessoas chegava lá, minha filha, as parede tudo branca e o chão branco, eu

passava barro branco. (Dona Inês, 60 anos, dona de casa, ensino fundamental incompleto).

A limpeza da casa estava relacionada diretamente à beleza do ambiente, o que refletia na admiração dos outros para com o seu trabalho e o reconhecimento social da sua dedicação às atividades domésticas e aos membros da família; assim, quanto mais limpa e bonita a casa, mais “eficiente e dedicada era a mulher”.

Além disso, as técnicas envolvidas na sua realização evidenciaram as peculiaridades do meio rural, uma maneira de ser e de fazer dos sujeitos no qual cada mulher desenvolvia o seu jeito próprio de fazer o trabalho doméstico. Segundo Giard (2006), cada mulher cria para si mesma um estilo próprio, imprime um toque especial no que faz, acentua determinado elemento de uma prática, aplica-se outro, inventa uma maneira pessoal. Assim, ao se apropriar do “saber-fazer” comum, cada “fada do lar” desenvolve um modo próprio de fazer intervir (GIARD, 2006, p.218).

Entretanto, esse “saber-fazer” relacionado ao trabalho doméstico da “roça” era percebido pelas mulheres como um trabalho árduo, desgastante e sacrificante devido ao número de horas dedicado, ao esforço físico que era empregado na sua realização e à falta de água encanada e de energia elétrica. Por meio dessas representações sobre o trabalho da casa, essas mulheres percebiam o campo como um lugar de sofrimento menos desenvolvido e pobre, ao passo que, a cidade era imaginada como um lugar desenvolvido, fonte de oportunidades e de riqueza, uma vez que a cidade se encontrava em processo de desenvolvimento com a implantação de tecnologias de infraestrutura e de eletrodomésticos. Assim, por meio do trabalho doméstico o campo era percebido por elas como um “lugar atrasado, tradicional” e a cidade “um lugar desenvolvido, moderno”.

Ao migrarem para Viçosa, em meados da década de 70, especificamente para o bairro Santo Antônio, estas mulheres se depararam com uma realidade diversa da qual imaginavam, pois tiveram que morar em um bairro periférico até então desprovido de tecnologias de infraestrutura⁶. A iluminação era feita por luz de querosene ou por motores que geravam energia elétrica e a água era obtida a partir de cisternas. Essa realidade muito se assemelhava ao espaço e ao modo de vida rural com os quais elas já estavam

⁶ As tecnologias domésticas de infraestrutura compreendem, por exemplo, água encanada, rede de esgoto, gás, energia elétricas, coleta de lixo, etc. estas tecnologias viabilizam o uso de eletrodomésticos como máquinas de lavar roupas, fogão à gás, etc. (SILVA, 1997).

acostumadas (COSTA; HOLLERBACH; BIFANO, 2011), como evidenciam os relatos de Dona Carmem e de Dona Maria que se mudaram para o bairro em 1972, aproximadamente.

(...) mas a água era tirada assim, na cisterna, não tinha bomba, não tinha nada não, (...) pra pegar água tinha uma manivela a gente tocava assim, ali que pegava a água. Aqui não tinha asfalto, não tinha lotação, tinha nada não! (Dona Carmem, 60 anos, servidora pública, cursando os anos finais do ensino fundamental).

Não tinha água de rua no nosso bairro (...) Ai ela enchia o tambor de água pra mim, até que a gente furou um poço, uma cisterna e botou aquela bomba que batia e enchia a caixa, mas tinha que tirar tudo no muque (risos). (Dona Maria, 63 anos, dona de casa, ensino fundamental incompleto).

Nas décadas seguintes, com a ocupação acelerada, o bairro gradativamente foi adquirindo contornos característicos da cidade com água encanada, rede de esgoto, calçamento das ruas, coleta de lixo, transporte público e rede de comércio. Ao mesmo tempo, a sua população foi se adaptando ao “novo” modo de vida urbano (COSTA; HOLLERBACH; BIFANO, 2011).

Assim, após as mulheres terem acesso a uma infraestrutura básica e a eletrodomésticos, o trabalho doméstico passou a ser realizado dentro das casas e de forma solitária. As tecnologias modificaram as maneiras de fazer esse trabalho, os seus cotidianos e as suas relações sociais, bem como possibilitaram menor esforço físico, pois elas não mais precisavam retirar a água dos poços manualmente para armazená-la em baldes e bacias.

As tecnologias de infraestrutura e domésticas facilitaram a realização desse trabalho; entretanto, não eliminaram o trabalho doméstico feminino, pelo contrário, permitiram que as mulheres realizassem um maior número de atividades simultaneamente, além de terem liberado mais tempo para que elas se dedicassem ao trabalho fora de casa, bem como apontou Silva (1998).

Atualmente, essas mulheres podem realizar mais de uma atividade ao mesmo tempo, como lavar as louças, preparar o almoço e lavar as roupas, pois a água encanada e a energia elétrica possibilitaram que essas tarefas fossem realizadas em um mesmo ambiente, com menor esforço e a qualquer horário. A limpeza da casa se tornou mais rápida devido ao uso do piso de cerâmica como revestimento, e dos produtos prontos destinados a sua higienização. O preparo da comida se tornou mais rápido devido aos

ingredientes prontos ou pré-preparados. As roupas da família passaram a ser adquiridas prontas, não mais necessitando da máquina de costura.

Assim, o trabalho doméstico na cidade se “modernizou”, modificou o cotidiano das famílias, bem como as representações das mulheres sobre esse trabalho; pois, hoje, elas não o percebem como algo sacrificante e doloroso, apenas como uma atividade que deve ser realizada pela mulher, sendo por vezes, percebida como gratificante e prazerosa. Como elucida a fala abaixo:

Ai eu adoro meu trabalho doméstico, eu adoro, tudo que eu pego pra fazer eu gosto de fazer, não tenho que falar “e não gosto de fazer isso”, eu não, eu amo meu trabalho, se eu *to* cozinhando eu vou com muito prazer, se eu vou lavar uma roupa eu gosto, se eu vou arrumar uma casa, eu adoro arrumar casa! Boto um CD na vitrola, minha filha, e canto, e vou arrumando, limpando, quando eu vejo tá tudo limpinho! (Dona Maria, 63 anos, dona de casa, ensino fundamental incompleto).

Dessa forma, processo de urbanização, transformou o cotidiano familiar, uma vez que os valores urbanos entraram em choque com os rurais, provocando mudanças no modo de ser, de pensar e de viver dos sujeitos (LAGO et. al., 2009). Bem como ocorreu com essas mulheres, as concepções de ser e de fazer trazidas do meio rural foram confrontadas com novos valores da sociedade urbana.

Os relatos abaixo evidenciam a mudança de representação sobre o trabalho doméstico enquanto moradoras da cidade.

(...) hoje eu não trabalho muito não, hoje eu não trabalho muito que nem eu trabalhei na roça não, trabalho não! Na cidade tem muita facilidade, tem uma roupa, tem um tanquinho, tem máquina, eu sigo o jeito da roça, aqui em casa tem máquina, nem instalei a máquina aqui em baixo não, instalei no cômodo que a minha filha dorme lá em cima. (...) Eu acho que na cidade tá **bem melhor** que na roça (...) (Dona Inês, 60 anos, dona de casa, ensino fundamental incompleto).

Pra lavar roupa tinha que andar uma distância, tinha que juntar um “trouxão” de roupa para lavar a roupa na mina, e as roupas que trabalhava na roça eram muito difíceis de lavar (...) Hoje tem a máquina que pode deixar batendo e sair. As coisas melhoraram demais, Nossa Senhora! (...) (Dona Carmem, 60 anos, servidora pública, cursando os anos finais do ensino fundamental).

A gente lá na roça, a gente não tem muito capricho com a gente não, as coisas é mais difícil de arrumar, o serviço não deixa a gente ter tempo pra resolver nada, e a gente vem cá pra cidade tudo tem pronto, na roça cê tem que cortar vassoura e ir no mato, pegar verdura cê tem que ir no mato. E aqui cê trabalha e ganha seu dinheiro, cê já compra tudo prontinho, num precisa de você tá fazendo (...) cê já tem que compra tudo pronto, na cidade tem isso aí né. (Dona Carmem, 60 anos, servidora pública, cursando os anos finais do ensino fundamental).).

As mulheres veem a cidade como um “lugar de facilidades”, porque é onde “você compra tudo prontinho”, onde se “trabalha menos”, ao passo que a “roça” é um “lugar de dificuldades”, de sofrimento, pois se “trabalha demais” e onde o “trabalho é muito difícil”. Percebemos que para elas campo/cidade se encontram ainda dicotomizados, porque elas vivenciaram os espaços de formas diferentes e baseadas na tradicional oposição e de fato a realidade vivenciada por elas era essa.

Para Lefebvre (1991) *apud* Azevedo (2012), essa dicotomia ocorre porque campo e rural são simbolicamente identificados pelos sujeitos como sinônimos de privação, fome, proibição. Por contradição, o urbano e a cidade são identificados como emancipação, libertação, abundância. Ainda segundo Leite (1998), essa concepção sobre os lugares também está relacionada a uma dimensão histórica que, por sua vez, diz respeito às práticas cotidianas, ou seja, às concepções que surgem a partir do plano do vivido.

Assim, ao pensarmos sobre essas percepções de lugar é preciso também pensar nas histórias particulares dessas mulheres que foram construídas em função dos contextos históricos, sociais, culturais e econômicos em que campo e cidade realmente se encontravam em oposição.

Se em 1960, o meio rural era percebido pelas mulheres como atrasado e desprovido de tecnologias domésticas, atualmente, ele assume uma nova conformação, como contou Dona Carmem.

Na roça, hoje, até que tem um fogão a gás, mas quando eu morei na roça não tinha um fogão a gás, não tinha um tanquinho pra bater roupa né, (...) lá na roça não tinha fogão de gás, hoje, o pessoal tudo já tem, quando eu vou lá ver eles, em casa de roça, tudo tem fogão de gás, hoje, tem banheiro, tem geladeira, tem tudo! (Dona Inês, 60 anos dona de casa, ensino fundamental incompleto).

Enquanto visitas, estas mulheres, hoje, percebem as mudanças estruturais ocorridas no campo que, nos últimos anos, começou a ter acesso também às tecnologias, o que contribuiu para atenuar as diferenças entre eles. Isso, devido, segundo Lefebvre (1991) *apud* Azevedo (2012) à emergência da “Sociedade Urbana” em que o tecido urbano não constitui apenas uma materialidade, uma forma, mas também é um modo de vida que não se restringe aos “muros” das cidades, ele penetra também no campo, modificando a antiga vida camponesa, por meio de “sistemas de objetos e sistemas de valores” (LEFEBVRE, 1991, p. 19 *apud* AZEVEDO, 2012, p.16). Os objetos

compreendem “a água, a eletricidade, o gás, o carro, a televisão, utensílios de plástico, mobiliário moderno, serviços”; e os valores consistem os “lazers urbanos (danças, canções), os costumes, as rápidas adoções das modas urbanas” (AZEVEDO, 2012, p. 16).

Na cidade, o modo de vida urbano modificou e/ou adaptou o modo de fazer o trabalho doméstico, porque agora elas têm água encanada, rede de esgoto e energia elétrica. Em contrapartida, nos cotidianos familiares verificamos que mesmo diante do modo de vida urbano e das tecnologias domésticas desejadas, elas continuaram criando seus modos de fazer próprios e, muitas vezes, preservando alguns dos modos de como faziam o trabalho doméstico na época que residiam na “roça”.

Eu continuo fazendo sabão caseiro, eu coloco ele dentro de uma meia e ponho pra bater na máquina junto com as calças jeans, cê precisa ver como elas sai clarinha. (Dona Carmem, 60 anos, servidora pública, cursando os anos finais do ensino fundamental).

Eu sigo o jeito da roça, aqui em casa tem máquina, nem instalei a máquina aqui embaixo não, instalei no cômodo que a minha filha dorme lá em cima (...) instalei a máquina lá, quando tem cobertor é que eu levo pra bater lá, mas o resto das roupas eu lavo aqui no tanque, na mão. Minha filha fala: “e mãe a senhora da seguindo o tempo da roça ainda”. Mas eu gosto de lavar, gosto de esfregar com a escova. Na roça não tinha nem escova parece, esfregava na mão mesmo, assim oh, tinha aquele negócio de ficar quarando roupa né, no quarador, pra quarar a roupa. (Dona Inês, 60 anos, dona de casa, ensino fundamental incompleto).

Apesar de ter acesso às tecnologias domésticas, Dona Inês continua lavando as roupas à mão, ela busca preservar o seu saber doméstico aprendido na roça e por meio dele preservar também o poder e a sua importância dentro da família. Ao se utilizar exclusivamente das tecnologias, ela acredita que a sua função enquanto dona de casa será “substituída/diminuída” por uma máquina.

Dessa forma, fica evidente as permanências e as mudanças com relação ao modo de fazer o trabalho doméstico, bem como evidenciam um modo de vida rural, ainda presente no meio urbano. Além de continuarem a fazer seu próprio sabão em barra e da lavagem das roupas feita à mão sobre o tanque, também observamos outros trabalhos domésticos semelhantes aos que faziam quando residiam na “roça”, como: o preparo de comidas da “roça” como o quiabo com angu; a limpeza e a conservação do fogão a lenha na “cozinha dos fundos; a feitura dos forros de crochê; a capina e o plantio da pequena horta com algumas verduras e ervas para fazer chás, bem como o cuidado com a criação de patos e galinhas no quintal.

Assim, no cotidiano dessas mulheres existem elementos que estão carregados de significados trazidos da “roça” e que fazem parte das suas relações com o tempo e com o lugar. Desse modo, o lugar, no caso a “roça” é revivido cotidianamente a partir das relações das mulheres com os elementos “trazidos de lá” e com os seus saberes domésticos, sendo estes saberes impregnados de valores que não apenas estabelecem princípios e técnicas do trabalho, mas que também fazem parte de uma cultura rural.

Observamos que o rural está na cidade da mesma forma que o urbano está no campo. Sendo assim, as manifestações rurais não deixaram de existir devido ao processo de modernização e ambos convivem no mesmo lugar e nas práticas sociais dos mesmos sujeitos (BIAZZO, 2008).

Percebemos também as contraposições nos discursos com relação ao trabalho doméstico e, por consequência, sobre os espaços. Quando residiam na “roça” esse trabalho era percebido como sacrificante e árduo devido à falta de tecnologias, sendo o campo, consequentemente, percebido como um lugar atrasado e não tecnificado. Ao chegarem à cidade e após terem acesso às tecnologias, o trabalho da casa tornou-se para elas menos penoso e a cidade percebida como um “lugar de facilidades”, um lugar desenvolvido.

Contudo, apesar de a cidade ser percebida por elas como um local “desenvolvido” e “moderno” tanto na estrutura física quanto nos valores sociais, elas continuaram com os papéis sociais tradicionais “de boa mulher”, não muito diferente do que já acontecia na “roça”.

Na cidade, o trabalho da casa continuou sendo uma “obrigação” e associado aos papéis sociais femininos. Essa conservação dos papéis sociais, mesmo após a mudança de uma condição social para outra, ou seja, de mulheres meeiras para mulheres urbanas assalariadas ocorreu porque, segundo Reis (2012), estes papéis encontram-se engendrados pelas relações sociais e estão inseridos em uma rede de significados que fazem parte de uma ideologia dominante que visa conservar uma divisão sexual do trabalho. Essa ideologia é difundida pelas principais instituições sociais: Família e Religião e estas, por sua vez, organizam a vida emocional de seus membros por meio de uma visão de mundo, de códigos de conduta e de valores que são constantemente assumidos pelos sujeitos e reproduzidos cotidianamente.

Percebemos, assim, que o trabalho doméstico continuou como uma “obrigação” exclusivamente feminina; contudo, a representação das mulheres migrantes sobre esse

trabalho sofreu modificações a partir da mudança campo/cidade, pois deixou de ser percebido como sacrificante e doloroso. Atualmente, elas valorizam os seus saberes “tradicionais” rurais conciliando-os com os modos de fazer “moderno e urbano”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado compreende as histórias de vida das mulheres migrantes, os seus cotidianos familiares e as suas representações acerca do trabalho doméstico enquanto moradoras do campo e após a mudança delas para a cidade.

Conforme demonstrado, a mudança do campo para a cidade promoveu alterações nas maneiras de fazer o trabalho doméstico, estando, portanto, fortemente relacionado ao tempo e ao espaço vivido. No período que residiram no meio rural o trabalho da casa era percebido com um trabalho árduo e sacrificante, devido à ausência de tecnologias que auxiliassem na sua realização. Ao se mudarem para a cidade e terem acesso às tecnologias de infraestrutura e aos eletrodomésticos, as mulheres passaram a perceber esse trabalho como uma tarefa prazerosa e gratificante, uma vez que as tecnologias possibilitaram a redução do esforço físico gasto na sua realização.

Por consequência, as mulheres passaram a reforçar a imagem de que a cidade era um “lugar de facilidades” e o campo um “lugar de sofrimento”. Assim, atualizaram as representações acerca da tradicional dicotomia entre esses espaços.

Atualmente, com a inserção gradativa de tecnologias domésticas, as diferenças entre os espaços foram atenuadas, bem como suas tradicionais oposições. Desse modo, o urbano e o rural enquanto modos de vida e de práticas sociais foram além das “fronteiras” da cidade e do campo. Aqui, o urbano encontra-se no campo e o rural na cidade, conforme constatado na observação do cotidiano dessas mulheres que ainda preservam determinados modos de fazer o trabalho doméstico característico do modo de vida rural.

Verificamos que o cotidiano dessas mulheres é composto por práticas sociais que harmonizam o saber-fazer “tradicional”, aquele aprendido na “roça” por meio da transmissão entre as gerações de mulheres, com os novos modos de fazer o trabalho doméstico auxiliado pelas tecnologias presentes nos lares, o saber-fazer “moderno”.

Percebemos, desse modo, que o cotidiano delas é dinâmico, histórico e social, mas também abriga as permanências e tradições familiares.

A pesquisa realizada nos permitiu compreender que as pessoas não representam números estatísticos, mas sim sujeitos que possuem histórias individuais, que vivenciaram contextos temporais e espaciais diversos que não podem ser ignoradas nas pesquisas sociais. Embora seja um pequeno número de mulheres, suas percepções e representações sobre o trabalho doméstico exprimem ações e condutas persistentes. Em geral, a mulher ainda é vista social e culturalmente como a mantenedora do bem estar da família e a principal responsável pela realização do trabalho doméstico.

Ainda hoje, constitui-se um desafio desnaturalizar e desconstruir as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho e os papéis sociais, devido às permanências ideológicas. Enfim, mesmo após a mudança socioespacial, o trabalho doméstico ainda é entendido como parte do “ser mulher”. Sendo necessário, dentre outras medidas, um processo de reflexão conjunta entre pesquisadores e pesquisados que possa concorrer positivamente à crítica e superação dessa representação coletiva.

8. REFERÊNCIAS

BARLETTO, M. **Uma experiência de curso de formação de pedagogas – diálogos entre diferentes trajetórias**. 2006. 275f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2006.

BIAZZO, P.P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: **4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP**, São Paulo, 2008, p. 132-150. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf> Acesso em: 10 de nov. 2014.

BIFANO, A. C. S., *et al.* **Maneiras de Ser e Fazer: Valorização dos saberes e sabores em Viçosa – MG**. Projeto de Pesquisa em andamento. DED, UFV. 2010.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**. 1994.

CAIXETA, J. E.; BARBATO, S. Identidade feminina - Um conceito complexo. **Paidéia**, v.14, n. 28, 2004 p. 211 -220.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Disponível em: <

www.abep.nepo.unicamp.br/docs/.../vol15_n2_1998_4artigo_45_65.pdf>. Acesso em: nov. 2010.

COSTA, R. P. de A., J. D. G. HOLERBACH, e A. C. S. BIFANO. **Bairro Santo Antônio**: relatos e história de um Cantinho de Viçosa. Viçosa-MG, 2011.

FAORO, R. **Os donos do poder 2**: formação do patronato político brasileiro. 6. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1985.

GIARD, L. Artes de nutrir. In: CERTEAU M.; GIARD, L. (Orgs), **A invenção do Cotidiano 2**. Petrópoles, RJ: Vozes, 2003.

HILLESHEIM, B. Trabalho doméstico: “serviço de sempre”. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L; PREHN, D. R. (orgs). **Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEITE, A. F. O lugar: duas acepções geográficas. In: **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, v.1, 1998. Disponível em: < http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf > Acesso em: 20 de nov. 2013.

LELIS, J. L. **Territórios da informalidade: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa-MG**. 214f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

LUDWIG, M. P. Da paisagem ao lugar: memória e identidade de um espaço ameaçado por um projeto de barragem. **Oikos: Revis. Bras. de Economia Doméstica**. v. 17, n.3, 2006, p.251-271.

PAIS, J. M. **Vida Cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W (Org) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SARDERBERNG, C. M. B.; COSTA, A. A. A. Feminismo, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M. L. R.; BINGEMER, M.C.L. (orgs). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo:Edições Loyola, 1994.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. 2. ed.São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SILVA, E. B. Teorias sobre trabalho e tecnologias domésticas. Implicações para o Brasil. **Instituto de Geociência**, v. 19, 1997.

SILVA, E. B. Tecnologia e vida doméstica nos lares. **Cadernos pagu** (10), 1998, p. 21-52.